



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

RELACI - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Gestor responsável: SANDRA REGINA BEZERRA GOMES

Exercício: 2025

1 – Introdução

A Unidade de Controle Interno - UCI da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, através do Plano Anual de Auditoria Interna para 2025 (PAAI - 2025), planejou ações de auditoria a serem executadas ao longo do exercício de 2025, tendo como objetivo a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nas áreas: Orçamentária, Contábil-Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle utilizadas foram: verificações de processos, comparações de valores, confronto de informações e averiguações diversas, que permitiram obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCI para emissão desse relatório.

Os controles preventivos foram realizados ao tempo dos atos, procedimentos ou processos, com o objetivo de atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisaram os procedimentos a “posteriori” de sua realização, e visavam a conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da Unidade de Controle Interno tiveram por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as Unidades Administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

A Tabela Referencial 1 que segue elenca objetos selecionados para avaliação na UG, bem como os demais itens avaliados pelo Controle Interno.



1. Itens abordados

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem pré-vio empenho Despesa - realização sem pré-vio empenho	Processos de despesas - 404 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho por meio de verificação e análise documental.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70

1.2. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenhos: 29, 57, 94, 132, 153, 183, 201, 241, 278, 315, 356, 384, 404	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	R\$ 338.852,93	R\$ 338.852,93
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamentos nºs: 24, 25, 74, 115, 180, 181, 225, 226, 275,	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou	R\$ 338.852,93	R\$ 338.852,93



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMAR SEIBEL

		323, 376, 432, 488, 560, 594, 646	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Local • Regime de competência 	aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.		
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Sem dados a verificar	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar, por meio de análise documental, se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Pagamentos nºs: 26, 73, 114, 179, 224, 274, 322, 377, 431, 487, 559, 593, 645	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/98 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local 	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 155.400,77	R\$ 155.400,77
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Sem dados a verificar	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar, por meio de análise documental, se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo regis-trados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a re-ceber no RPPS ; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS ; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS ;	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.		
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Sem dados a verificar	Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	Avaliar, por meio de análise documental, se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil e compatibilidade com inventário.	Tabelas Mensais/Anuais oriundas dos Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 12.254,14 Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens em Estoque: R\$ 12.254,14 Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais provenientes do Sistema Informatizado de Patrimônio	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo re-alizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura	Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00	Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

		Balanco Patrimonial		administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens Intangíveis: R\$ 0,00
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Re-passes referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 3.407.933,95	R\$ 3.407.933,95
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos re-passes referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 3.407.933,95	R\$ 3.407.933,95
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Empenhos realizados	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70

1.4. Limites constitucionais e legais



Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Folhas de Pagamento Mensais e e-Social, com observação da RCL do Município	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão-de-obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais e e-Social, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de	Folhas de Pagamento Mensais e outros processos internos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	mandato nulidade do ato					
1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
1.4.11	Despesas com pessoal - extra-polação do limite - providências/medidas de contenção	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobser-vando a inexistência: I - de prévia dota-ção orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				específica na LDO, ressalva-das as empresas públicas e as sociedades de economia mista.		
1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais Empenhos: 21 a 27, 50 a 56, 86 a 92, 123 a 130, 145 a 151, 169 a 175, 193 a 199, 233 a 239, 269 a 275, 303 a 309, 345 a 351, 353 a 355, 371 a 376, 393 a 399, 401 a 403	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 1.624.378,52	R\$ 1.624.378,52
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	Lei Municipal nº 1.111/2024, de 28 de junho de 2024, atualizada pela Lei 1.137/2025, de 16/05/2025, no percentual de 5,53% e Empenhos: 21, 50, 86, 123, 145, 169, 193,	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do sub-sídio dos Vereadores aten-deu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	R\$ 737.185,88	R\$ 737.185,88



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

		233, 269, 303, 345, 393				
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Pagamentos: 16, 61, 105, 167, 210, 254, 306, 361, 409, 468, 532, 615	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 737.185,88	R\$ 737.185,88
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenhos: 21, 50, 86, 123, 145, 169, 193, 233, 269, 303, 345, 393 Pagamentos: 16, 61, 105, 167, 210, 254, 306, 361, 409, 468, 532, 615	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 737.185,88	R\$ 737.185,88
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total - Cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88	Empenhos de 2025	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

1.5. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade e com o normativo do TCE	Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III, Item 2.4	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Direto-ras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Direto-ras das Câmaras Municipais
1.5.2	Segregação de funções	Processos Administrativos e Contábeis	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Administrativos e Contábeis	Processos Administrativos e Contábeis
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais e PCFs encaminhadas	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Sistema interno de Folhas de Pagamento Mensais e Sistema Cidades Folha de Pagamento	Sistema interno de Folhas de Pagamento Mensais e Sistema Cidades Folha de Pagamento



1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais, Sistema Contábil e PCFs encaminhadas	Lei 4.320/1964, art. 63 e MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Con-solidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Sistema interno de Folha de Pagamento, Sistema Contábil e Sistema Cidades	Sistema interno de Folhas de Pagamento, Sistema Contábil e Sistema Cidades
---------	----------------------------------	---	----------------------------------	---	---	--

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.		
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.	Processos Administrativo s e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se fo-ram observadas as condi-ções previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os e-feitos financeiros decor-rentes do ato praticado não afetarão as metas fis-cais dos exercícios seguin-tes e serão compensados por	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.		
2.2.10	Execução de programas e projetos	Orçamento inicial 2025: R\$ 3.182.517,03	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Total dos Programas e Projetos/ Atividades R\$ 3.182.517,03	Total dos Programas e Projetos/ Atividades R\$ 3.182.517,03
2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Orçamento para 2025: R\$ 3.182.517,03	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Recebido de duodécimos: R\$ 3.407.933,95	Recebido de duodécimos R\$ 3.407.933,95
2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decreto nº: 525/2025 - Suplementação por anulação de Outra UG	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Total: R\$ 140.909,40	Total: R\$ 140.909,40
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Empenhos realizados em 2025	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.		
2.2.24	Escrituração e consoli-dação das contas púb-licas	Registros do Sis-tema Informa-tizado de Conta-bilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas bra-sileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
2.2.28	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Pagamentos realizados em 2025	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos es-tão sendo pagos em or-dem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Processos Administrativo s e Contábeis 2025	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimen-tação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularida-des	Empenhos realizados em 2025	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregula-	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				res e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ile-gítimas.		
2.2.31	Despesa - liquidação	Liquidações rea-lizadas em 2025	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observa-dos os pré-requisitos esta-belecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das des-pesas.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30
2.2.32	Pagamento de despe-sas sem regular liqui-dação	Pagamentos realizados em 2025	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve paga-mento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30
2.2.33	Despesa - desvio de finalidade	Empenhos rea-lizados em 2025	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
2.2.34	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções.	Empenhos rea-lizados em 2025	Legislação específica.	Avaliar se houve conces-são de auxílios, contri-buições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
2.2.35	Despesa - subvenção social.	Empenhos rea-lizados em 2025	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obede-ceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmen-te no que	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

se refere o seu
parágrafo único.

2.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	12 meses de 2025	12 meses de 2025
2.3.2	Dívida pública - precatórios pagamento	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as	12 meses de 2025	12 meses de 2025



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				rubricas pre-vistas no PCASP.		
2.3.5	Cancelamento de pas-sivos	Empenhos rea-lizados em 2025	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancela-mento de passivos sem comprovação do fato mo-tivador.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70

2.4. Limites constitucionais e legais.

Códig o	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências volun-tárias - exigências	Processos administrativos e contábeis de 2025.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve reali-zação de transferên-cias voluntárias para outro Ente da Fede-ração e, no caso de ocorrência, se as dispo-sições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3	Dívida pública - origi-nalmente superior ao limite - redução do va-lor excedente	Processos admi-nistrativos de 2025 da Câmara Munici-pal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida con-solidada líquida do Es-tado/Município, no fi-nal do exercício de 2001 , excedia os limites estabelecidos nos inci-sos I e II, do artigo 3º, da	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

Resolução nº 40/2001 do Senado Fe-deral, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Empenhos: - 5, 38 e 66 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 2 - Gilmar Supermercado Ltda - 138 - 1Doc - 4, 61, 262, 285, 328 e 367 - Carlos Alberto chraiber	LC 116/2003, art. 6º; Lei 8.212/1991; Dec. 3.000/1999; Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Empenhos - 2, 4, 5, 38, 61, 66, 138, 262, 285, 328 e 367	Empenhos - 2, 4, 5, 38, 61, 66, 138, 262, 285, 328 e 367



2.5.2	Base de cálculo de contribuições RPPS	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de u-ma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	<p>Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal</u> (21%): Pagamentos nºs: 24, 25, 74, 115, 180, 181, 225, 226, 275, 323, 376, 432, 488, 560, 594, 646</p> <p><u>Parte dos Segurados</u> (variável, de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 26, 73, 114, 179, 224, 274, 322, 377, 431, 487, 559, 593, 645</p>	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	<p>Patronal: R\$ 338.852,93</p> <p>Segurados: R\$ 155.400,77</p>	<p>Patronal: R\$ 338.852,93</p> <p>Segurados: R\$ 155.400,77</p>



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIR SEIBEL

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Sem dados a verificar nos 12 meses	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de e-missão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS , nas unidades gestoras.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.7	Servidores cedidos	Sem dados a verificar nos 12 meses	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/22, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contra-to/termo de cessão de servidores.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	Sem dados a verificar nos 12 meses	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.26	Censo Atuarial	Sem dados a verificar nos 12 meses	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.37	Registro de Admissões	Pastas funcionais dos 6	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos es-	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

servidores efetivos da CM

tão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.

2.6. Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Leis específicas e Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro de 2025.	CRFB/88, art. 37, Inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Resolução 02/2011, alterada pelas resoluções 01/2012, 03/2019, 04, 05 e 06/2023, 4/2025	Resolução 02/2011, alterada pelas resoluções 01/2012, 03/2019, 04, 05 e 06/2023, 4/2025
2.6.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Leis específicas e Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025.	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem pre-enchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Resolução 02/2011, alterada pelas resoluções 01/2012, 03/2019, 04, 05 e 06/2023, 4/2025	Resolução 02/2011, alterada pelas resoluções 01/2012, 03/2019, 04, 05 e 06/2023, 4/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIR SEIBEL

2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 1.624.378,52	R\$ 1.624.378,52
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro de 2025.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 1.624.378,52	R\$ 1.624.378,52
2.6.6	Dispensa e de inexigibilidade de licitação	Empenhos realizados em 2025, exceto os de vencimentos e	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as	Dispensa de Licitação: R\$ 258.698,41 Inexigibilidade:	Dispensa de Licitação: R\$ 258.698,41 Inexigibilidade:



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

vantagens fixas e obrigações patronais.

disposições contidas na Lei de Licitações.

R\$ 23.035,99

R\$ 23.035,99

2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)

2.7.1. Folha de Pagamento

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.7.1.1	Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	Remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	TC Verificar quais foram as providências tomadas com relação às ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025. R\$ 1.624.378,52	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025. R\$ 1.624.378,52
2.7.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	Remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	TC Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos 'Pontos de Controle' informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025. R\$ 1.624.378,52	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025. R\$ 1.624.378,52

2.7.2. Atos de Pessoal

2.7.2.1	Registro de Admissões - envio ao TCE	Pastas funcionais de servidores efetivos	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo	Sem dados a analisar	Sem dados a analisar
---------	--------------------------------------	--	---	--	----------------------	----------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL			encaminhadas ao TCE para fins de re-gistro		
2.7.2. Atos de Pessoal						
2.7.2.2	Registro de Admissões - apreciação do contro-le interno	Pastas funcio- nais de servido-res efetivos	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servidores efetivos es- tão sendo submetidos à a-preciação do controle in-terno por meio de emis-são de parecer.	Sem dados a analisar	Sem dados a analisar



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles constantes da IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 e suas alterações, relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Poder Legislativo.

Os resultados esperados com as análises realizadas foram: conformidade dos processos, observação de critérios estabelecidos pela legislação e verificação dos controles utilizados nas atividades.

1.2. Constatações e proposições

As atividades de competência do Controle Interno tiveram como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nas diversas áreas da administração, cujos resultados foram consignados em relatórios contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles. Entre eles, temos o Relatório de Ação de Auditoria nº 01/2025, para verificação de Dados e Informações para Composição da Prestação de Contas Anual - PCA 2022

Além daquele, trimestralmente, a Controladoria fez acompanhamento dos processos internos, emitiu relatórios de análises e encaminhou para apreciação do Presidente da Câmara, protocolando na Secretaria Geral da Câmara, sendo posteriormente arquivado nas dependências, com correspondente publicação no site oficial da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço <https://cmlaranjadaterra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58>.

A Controladoria fez ainda um Relatório Anual de Controle Interno, abordando e sintetizando atividades realizadas durante todo o exercício.

A Controladoria atendeu também a fiscalizações realizadas, diligências e trabalhos decorrentes de demandas externas (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Transparência Capixaba, Atricon, entre outros) e expediu Correspondências Internas, direcionadas ao Presidente, para alertar, informar, recomendar e orientar quando a situações que dependiam de mais cuidado e atenção.

Abaixo seguem considerações sobre os pontos elencados na IN TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 e atualizações:

Código	Achados/Constatações	Proposições/ Alertas	Situação
1.1.2	- <i>Despesa - realização sem prévio empenho</i> Não foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho, conforme verificação e análise documental.	Não houve	A acompanhar
1.2.1	- <i>Registro por competência - despesas previdenciárias patronais</i> As despesas previdenciárias patronais (RGPS) foram registradas observando o regime de competência, conforme análise documental realizada.	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

1.2.2	<p>- <i>Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal</i></p> <p>A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.</p> <p>No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 338.852,93 (trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos).</p>	Não houve	Regular
1.2.3	<p>- <i>Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento</i></p> <p>Não ocorreu em 2025 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.</p>	Não houve	Regular
1.2.4	<p>- <i>Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor</i></p> <p>As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, o valor de INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 155.400,77 (cento e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais e setenta e sete centavos).</p>	Não houve	Regular
1.2.5	<p>- <i>Parcelamento de débitos previdenciários</i></p> <p>Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco parcelamentos de débitos previdenciários no exercício em questão.</p>	Não houve	Regular
1.2.8	<p>- <i>Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber</i></p> <p>Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos</p>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.		
1.3.1	<p>- <i>Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário</i></p> <p>As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de avaliação efetuada e depreciações realizadas, conforme análise documental realizada. Não temos bens imóveis e/ou intangíveis.</p>	Promover melhoria nos controles internos administrativos e fluxos dos procedimentos operacionais relativos ao controle dos bens móveis.	A acompanhar
1.3.2	<p>- <i>Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle</i></p> <p>A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na Estrutura Administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara. O valor depreciado, apurado mensalmente, é reconhecido nas contas de resultado do exercício, conforme observação direta e análise documental realizada.</p>	Promover melhoria nos controles internos administrativos e fluxos dos procedimentos operacionais relativos aos bens móveis.	A acompanhar
1.3.3	<p>- <i>Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação</i></p> <p>As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 61.129,07 (sessenta e um mil, cento e vinte e nove reais e sete centavos).</p>	Não houve	Regular
1.3.4	<p>- <i>Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação</i></p> <p>As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro. O saldo</p>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	bancário em 31/12/25 corresponde a RPNP e empréstimo consignado em FP.		
1.3.7	- <i>Obrigações contraídas no último ano de mandato</i> Não se aplica ao exercício.	Não houve	Regular
1.4.6	- <i>Despesas com pessoal - abrangência</i> Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, e Obrigações patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores.	Não houve	Regular
1.4.7	- <i>Despesas com pessoal - limite</i> Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, conforme análise documental realizada, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% (seis por cento) do total da RCL Ajustada do Município. Assim, o valor apurado de R\$ 1.963.231,45 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando 2,53% (dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) de uma Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 77.709.704,84 (setenta e sete mil, setecentos e nove reais, setecentos e e quatro reais e oitenta e quatro centavos).	Necessidade de constante acompanhamento destas despesas e sua evolução, fazendo-se o comparativo entre os recebimentos de duodécimos da Câmara Municipal e a despesa com FP, evitando-se o descumprimento do limite constitucional.	Regular/ A acompanhar
1.4.8	- <i>Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato</i> NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF, conforme análise documental realizada.	Não houve	Regular
1.4.9	- <i>Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato</i> Não se aplica ao exercício.	Não houve	Regular
1.4.10	- <i>Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações</i>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.963.231,45 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% de 6% de R\$ 77.709.704,84 = R\$ 4.429.453,18 conforme análise documental realizada no RGF, anexo 1.		
1.4.11	<p>- <i>Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações</i></p> <p>As Despesas Totais com Pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 4.662.582,29, correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 2,53% (dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento). NÃO houve extrapolação dos limites, nem de Alerta, nem Prudencial, nem Máximo estabelecidos pela LRF para Despesas com Pessoal, no Poder Legislativo, conforme análise documental realizada, portanto, não sendo necessárias medidas de contenção.</p>	Não houve	Regular
1.4.12	<p>- <i>Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO</i></p> <p>Conforme análise documental realizada, não houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no período em questão inobservando os incisos I e II.</p>	Não houve	Regular
1.4.13	<p>- <i>Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento</i></p> <p>O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 1.624.378,52 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício - > R\$ 3.407.933,95 (três milhões,</p>	Necessidade de constante acompanhamento destas despesas e sua evolução, fazendo-se o comparativo en-tre os recebi-mentos	Regular/ A acompa- nhar



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	<p>quatrocentos e sete mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), ficando em 47,66% (quarenta e sete inteiros e sessenta e seis centésimos por cento).</p> <p>Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 3.182.517,03 (três milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e três centavos), os R\$ 1.624.378,52 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) liquidados com Folhas de Pagamento representariam 51,04% (cinquenta e um inteiros e quatro centésimos por cento), ou seja, mesmo assim o Art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.</p>	<p>de duo-décimo da Câmara Municipal e a despesa com FP, evitando-se o descumprimento do limite constitucional.</p>	
1.4.17	<p>- <i>Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação</i></p> <p>A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 1.111/2024, de 28 de junho de 2024. Houve atualização do valor dos subsídios por meio da Lei Municipal nº 1.137, de 16 de maio de 2025, garantindo assim a revisão geral anual aos vereadores em exercício.</p>	Não houve	Regular
1.4.18	<p>- <i>Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento</i></p> <p>Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.</p>	Não houve	Regular
1.4.19	<p>- <i>Despesas com pessoal - remuneração vereadores</i></p> <p>O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 737.185,88</p>	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	(setecentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Total do Município.		
1.4.20	<p>- <i>Poder Legislativo Municipal - despesa total</i></p> <p>O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 2.549.217,30 (dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e trinta centavos).</p>	Não houve	Regular/ A acompa- nhar
1.5.1	<p>- <i>Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE</i></p> <p>Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no Item 2.4, da IN 68/2020, regulamentadora da remessa de Prestação de Contas Anual.</p>	Não houve	Regular
1.5.2	<p>- <i>Segregação de funções</i></p> <p>Este princípio é atendido nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades (5 divisões/de-partamentos: Mesa Diretora, Procuradoria, Departamento Contábil e Financeiro, Controladoria e Secretaria Geral da Câmara), buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.</p>	Não houve	Regular
1.6.1.1	<p>- <i>Extrato consolidado da folha de pagamento</i></p> <p>Os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora, conforme análise documental e revisão analítica.</p>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

1.6.1.2	<p>- <i>Liquidação da folha de pagamento</i></p> <p>Conforme análise documental e revisão analítica, os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora e encaminhados ao TCEES por meio do Sistema Cidades.</p>	Não houve	Regular
2.2.8	<p>- <i>Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário financeiro</i></p> <p>Houve expansão de ação governamental com consequente aumento da despesa com relação à Revisão Geral Anual do Legislativo. O ato foi acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, PPA e LDO.</p>	Não houve	Regular
2.2.9	<p>- <i>Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais</i></p> <p>Houve expansão de despesas de caráter continuado por meio da Revisão Geral Anual, mas os efeitos financeiros decorrentes dos atos praticados tendem a não afetar as metas fiscais dos exercícios seguintes.</p>	Não houve	Regular
2.2.10	<p>- <i>Execução de programas e projetos</i></p> <p>Não ocorreu em 2025, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não inclusos na Lei Orçamentária Anual (LOA).</p>	Não houve	Regular
2.2.11	<p>- <i>Execução de despesas - créditos orçamentários</i></p> <p>NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou</p>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 3.182.517,03 (três milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e três centavos) orçado inicialmente, o valor de R\$ 3.407.933,95 (três milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), valor este devidamente atualizado no exercício financeiro de 2025.		
2.2.13	- <i>Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura</i> Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a</i> Inciso III, Art. 4º, da Lei Municipal 1.118/2024, de 11/12/2024, que “ <i>Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2025</i> ”.	Não houve	Regular
2.2.18	- <i>Realização de investimentos plurianuais</i> Não foram iniciados investimentos cuja execução ultrapassasse o exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorizasse a inclusão.	Não ocorreu	Regular
2.2.24	- <i>Escrituração e consolidação das contas públicas</i> Por meio de análise documental verificou-se que a consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	Não houve	Regular
2.2.28	- <i>Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades</i> A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades, conforme verificação documental e registros do sistema contábil.	Não houve	Regular
2.2.29	- <i>Déficit orçamentário - medidas de contenção</i> NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, uma vez que os limites legais estavam longe de serem atingidos.	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

2.2.30	- <i>Despesa - realização de despesas - irregularidades</i> NÃO foram realizadas despesas relevantes consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Os processos administrativos/con-tábeis passaram pelas mãos do Assessor do presidente e da Presidente, para que assim houvesse um acompanhamento de perto na realização das despesas.	Não houve	A Acompanhar
2.2.31	- <i>Despesa - liquidação</i> Por meio de análise documental, os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal n ° 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.	Que a legislação seja sempre observada a fim de que não ocorram erros.	Regular/ A acompanhar
2.2.32	- <i>Pagamento de despesas sem regular liquidação</i> Conforme verificação documental, para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.	Não houve	Regular
2.2.33	- <i>Despesa - desvio de finalidade</i> As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar n ° 101/2000 não se aplicam ao Poder Legislativo.	Não houve	Não se aplica
2.2.34	- <i>Despesa - auxílios, contribuições e subvenções</i> Conforme análise documental, não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não houve	Regular
2.2.35	- <i>Despesa - subvenção social</i> Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.	Não houve	Regular
2.3.1	- <i>Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais</i> Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.	Não houve	Regular
2.3.2	- <i>Dívida pública - precatórios - pagamento</i> Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.	Não houve	Regular
2.3.5	- <i>Cancelamento de passivos</i>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	Conforme análise documental e conferência contábil, não houve cancelamento de passivos em 2025 sem comprovação do fato motivador.		
2.4.1	- <i>Transferências voluntárias - exigências</i> Conforme análise documental, não foram realizadas transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES em 2025.	Não houve	Regular
2.4.3	- <i>Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente</i> NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.5.1	- <i>Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias</i> As retenções na fonte e o recolhimento dos impostos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo, bem como os valores referentes a Previdência Social, foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.	Não houve	Regular
2.5.2	- <i>Base de cálculo de contribuições - RPPS</i> NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.	Não houve	Regular
2.5.4	- <i>Alíquota de contribuição - Recolhimento</i> NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos às alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Não houve	Regular
2.5.5	- <i>Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias</i> As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias mensais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são enviadas ao e-Social e Receita Federal do Brasil (RFB) - via DCTFWeb/e-CAC por esta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao RPPS.	Não houve	Regular
2.5.7	- <i>Servidores cedidos</i>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	A Câmara não cedeu nenhum de seus 6 servidores efetivos a outro órgão e o município não possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).		
2.5.10	- <i>Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal</i> Não ocorreu no período em questão. Sem dados a verificar.	Não houve	Regular
2.5.26	- <i>Censo Atuarial</i> Não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.	Não houve	Regular
2.5.37	- <i>Registro de Admissões</i> Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público realizado em 2006 foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Não foi realizado outro concurso depois de 2006.	Não houve	Regular
2.6.1	- <i>Pessoal - função de confiança e cargos em comissão</i> Em 2025, os cargos em comissão eram os de Secretário Geral da Câmara (01), Auxiliar Parlamentar (03) e Assessor do Presidente (01), destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. O Cargo de Contro-lador Geral Interno (função de confiança) foi exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.	Não houve	Regular
2.6.2	- <i>Pessoal - função de confiança e cargos em comissão</i> A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.6.3	- <i>Pessoal - contratação por tempo determinado</i> NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2025.	Não houve	Regular
2.6.4	- <i>Pessoal - teto</i> O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão (que tem por parâmetro o subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 15.408,40 (quinze mil, quatrocentos e oito reais e quarenta centavos) por meio da Lei nº 1.111, de 28 de junho de 2024,	Não houve	Regular



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	atualizado para R\$ 16.256,26 por meio da lei 1.137 de 16 de maio de 2025), obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.		
2.6.5	- <i>Realização de despesas sem previsão em lei específica</i> NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizadas por lei específica.	Não houve	Regular
2.6.6	- <i>Dispensa e inexigibilidade de licitação</i> As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2025 observaram as disposições contidas nas Leis de Licitações, principalmente quanto a seleção das propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, conjugando a vantagem econômica da proposta com a satisfação do mínimo de qualidade de que necessita a Administração. Mas, é preciso observar particularidades nesses tipos de contratações, principalmente quanto a aplicação da NLLC (Lei 14133/2021).	Observar as particularidades nesses tipos de contratações, principalmente quanto a aplicação da NLLC (Lei 14133/2021).	Regular/ A acompanhar
2.7.1.1	- <i>Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)</i> As recomendações sempre foram no sentido de que se resolvessem as inconsistências, quer fossem impeditivas, quer fossem indicativas. Para 2025, houve orientação para que todas as inconsistências indicativas fossem corrigidas quando do envio dos dados ao Sistema Cidades Folha de Pagamento.	Não houve	Regular
2.7.1.2	- <i>Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)</i> As recomendações sempre foram no sentido de que sejam avaliados e devidamente acertados. Para 2025, houve orientação para maior observação e dedicação quando do envio dos dados ao Sistema Cidades Folha de Pagamento.	Não houve	Regular
2.7.2.1	- <i>Registro de Admissões - envio ao TCE</i>	Não houve	Regular



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/c/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

	As admissões de servidores efetivos provenientes do Concurso realizado em 2006 já foram encaminhadas ao TCE para fins de registro. Desde então não houve admissão de outros servidores efetivos.		
2.7.2.2	<p>- <i>Registro de Admissões - apreciação do controle interno</i></p> <p>As admissões de servidores efetivos provenientes do Concurso realizado em 2006 já foram encaminhadas ao TCE para fins de registro. Desde então não houve admissão de outros servidores efetivos, de maneira que não houve necessidade de apreciação do Controle Interno para emissão de pareceres.</p>	Não houve	Regular

Os critérios de análise referem-se à conformidade e à operacionalidade das áreas envolvidas com os processos, levando em consideração a eficiência, eficácia, economicidade e boas práticas de controle e governança.

Não foram objetos de análises itens que se referem ao RPPS, pois o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

Conclusões das análises efetuadas

Após análise dos procedimentos administrativos, contábeis e operacionais desenvolvidos no âmbito desta Câmara Municipal, verificou-se que, de modo geral, as atividades vêm sendo executadas em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como com os princípios que regem a Administração Pública.

Todavia, ressalta-se que a Câmara Municipal não possui sede própria, estando instalada em pavimento cuja estrutura não foi originalmente planejada para comportar adequadamente as atividades administrativas e institucionais de um órgão legislativo. Observa-se que, embora a entidade disponha de equipamentos de informática adequados, os sistemas de gestão pública utilizados ainda demandam ajustes e aperfeiçoamentos, a fim de proporcionar maior eficiência no processamento das informações e no atendimento às demandas institucionais.

Ademais, constatou-se que fatores relacionados à organização interna do trabalho também influenciam o desempenho das atividades, destacando-se, entre outros aspectos, a necessidade de aprimoramento da comunicação entre os servidores, melhor distribuição das atribuições entre os setores e o desenvolvimento de ações voltadas à motivação e valorização do quadro funcional.

É preciso aprimorar o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, isso, além de tornar o atendimento às demandas muito mais eficiente, pode garantir inteligência para a tomada de decisão e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

É necessário também proporcionar qualificação e permanente atualização técnica do quadro de pessoal, especialmente dos setores administrativo e contábil/financeiro, que têm de enviar informações ao TCEES, promovendo a permanente integração e cooperação funcional entre os setores da entidade.

Em relação às futuras contratações de prestação de serviços e/ou de fornecimento de materiais e produtos, além da elaboração do Plano Anual de Contratações, recomendamos que a Câmara Municipal utilize mais o apoio técnico e jurídico para desenvolvimento das etapas dos processos, de acordo com a Lei 14.133/2021, observando desde a escolha da melhor proposta até a elaboração dos termos de contratos e do efetivo acompanhamento da execução.

Sugere-se também a realização de acompanhamentos periódicos da documentação que dá suporte aos registros contábeis, a fim de detectar eventuais inconsistências e fragilidades e/ou a necessidade de proposição de melhorias.

Recomenda-se ainda que a entidade siga implantando e aperfeiçoando os controles internos em todos os setores da administração. É válido ressaltar que existe uma série de atividades que podem ser implementadas para a melhoria nos procedimentos de controle interno para a busca da qualidade dos serviços, tais como: atualização das normas internas; ênfase em treinamento com base na qualidade; “reforço” na busca de solução dos problemas detectados; elaboração de planos de ação para atingir metas; prioridade ao cidadão; busca de cultura de redução de desperdícios; motivação dos funcionários; revisão e elaboração contínua dos processos; destinação de recursos para aquisição de equipamentos de informática e treinamento de funcionários para o melhor uso das tecnologias da informação; estabelecimento de metas por equipes; controle e avaliação dos resultados obtidos.

Proposições/alertas efetuados

I - Aprimorar a utilização das tecnologias da informação, especialmente no que se refere à centralização, tratamento e análise de dados administrativos, financeiros e contábeis, visando maior eficiência na gestão das informações e no processo de tomada de decisões;

II - Promover a qualificação e a permanente atualização técnica dos servidores, em especial daqueles que atuam nos setores administrativo e contábil-financeiro, responsáveis pela alimentação e envio de informações aos sistemas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE-ES;

III - Fortalecer a integração e a cooperação funcional entre os diversos setores da entidade, com vistas à melhoria da comunicação institucional, à adequada divisão das tarefas e ao aumento da eficiência administrativa;

IV - Nas futuras contratações de serviços e aquisições de bens, além da elaboração do Plano Anual de Contratações, ampliar a utilização do apoio técnico e jurídico nas diversas etapas dos processos de contratação, especialmente em razão da implementação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observando-se desde o planejamento da contratação até o acompanhamento da execução contratual, assegurando-se a adequada organização e arquivamento da documentação pertinente;



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

V - Realizar acompanhamentos periódicos da documentação que fundamenta os registros contábeis, com a finalidade de identificar eventuais inconsistências, fragilidades ou oportunidades de melhoria nos procedimentos adotados;

VI - Dar continuidade ao processo de implantação, fortalecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno em todos os setores da administração, mediante a adoção de práticas voltadas à melhoria da qualidade da gestão pública, tais como: atualização das normas internas, capacitação dos servidores, elaboração de planos de ação para alcance de metas institucionais, incentivo à cultura de redução de desperdícios, revisão contínua dos processos administrativos, definição de metas por equipes e monitoramento sistemático dos resultados alcançados.

Medidas de saneamento adotadas

A Presidente da Câmara, por meio das orientações do Controle Interno, em reuniões internas, solicitou aos servidores para que atendam as sugestões dadas pela Controladoria nos relatórios apresentados ao longo do exercício financeiro e solicitou que o Controle Interno continue fiscalizando/orientando as atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo, pois a figura do Controlador Interno nada mais é que ser parceiro do gestor na busca constante do aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Poder. A função do controle é indispensável para acompanhar a execução de programas e apontar suas falhas e desvios; zelar pela boa utilização, manutenção e guarda dos bens patrimoniais; verificar a correta aplicação das normas e princípios adotados e constatar a veracidade das operações realizadas. Assim, a função de controle está intimamente relacionada à Administração que, ao exercer aquela função, analisa e avalia os resultados obtidos, compara-os ao que foi planejado ou previsto, objetivando verificar os resultados e orientar para o saneamento de possíveis falhas que possam ter ocorrido.

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

A Constituição Federal de 1988 estabelece as diretrizes da gestão orçamentária e financeira da administração pública, destacando a importância da integração entre planejamento e execução orçamentária, por meio de instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

No exercício de 2025, a Câmara Municipal de Laranja da Terra observou os limites constitucionais e legais aplicáveis à gestão orçamentária e financeira, especialmente aqueles previstos no art. 29-A da Constituição Federal, que define o teto de despesas do Poder Legislativo Municipal.

O orçamento aprovado para a Câmara foi fixado em R\$ 3.182.517,03, porém o valor efetivamente repassado a título de duodécimos totalizou R\$ 3.407.933,95. Ao longo do exercício, foram realizadas devoluções financeiras ao Poder Executivo no valor de R\$ 653.997,09, em atendimento às disposições da Instrução Normativa TCEES nº 74/2021. As despesas empenhadas resultaram em pagamentos no montante de R\$ 2.549.217,30, com inscrição em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 204.719,56.



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar
Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



(27) 3736-1006



www.cmlaranjadaterra.es.gov.br



[camalaranjadaterra](https://www.facebook.com/camaralaranjadaterra)



[camalaranjadaterra](https://www.youtube.com/camaralaranjadaterra)



camara@cmlaranjadaterra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

Durante o exercício também foram obtidos rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 61.129,07, devolvidos ao Município ao final do exercício. A execução orçamentária manteve-se dentro do limite estabelecido, com controle permanente das despesas, especialmente aquelas relacionadas à folha de pagamento.

Ao final do exercício, a estrutura administrativa contava com seis servidores efetivos, tendo ocorrido uma exoneração de servidora comissionada. A Despesa Total com Pessoal no exercício foi de R\$ 1.963.231,45, correspondendo a 2,53% da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município, no valor de R\$ 77.709.704,84, permanecendo, portanto, dentro dos limites legais.

Os subsídios dos vereadores e do Presidente da Câmara seguiram os valores fixados pela Lei Municipal nº 1111/2024, tendo sido concedida revisão geral anual de 5,53% por meio da Lei nº 1.137/2025. As contribuições previdenciárias ao INSS foram devidamente detalhadas e recolhidas, distinguindo-se as parcelas do servidor e do empregador.

Diante das análises realizadas, esta Unidade de Controle Interno entende que as demonstrações contábeis e as demais peças que compõem a prestação de contas do exercício de 2025 representam adequadamente a situação orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal da Câmara Municipal, evidenciando a observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Conforme abordado no escopo do presente relatório, não foram detectados itens que comprometessem as informações prestadas.

Algumas situações dependem indiretamente dos atos de gestão, sendo desejável a superação das metas previstas, o que ocorreu em boa parte dos casos. Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução, entendemos estar dentro da normalidade.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável deve ser objeto de busca constante.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a CMLT cumprido sua missão institucional no período sob análise.

Assim, após examinarmos a PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, de responsabilidade da Sr^a. SANDRA REGINA BEZERRA GOMES, Chefe do Poder Legislativo do Município de Laranja da Terra/ES no exercício de 2025, tendo como base diversos objetos e pontos de controle analisados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas encontra-se regular.

Laranja da Terra, 13 de março de 2026.

VERUSKA PEDRO

Controladora Geral Interna